



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada. [http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

 <http://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.36265>

## CONJUNTURA, PENSAMENTO POLÍTICO E MÉTODO

# Conjuntura brasileira no séc. XXI: o nó da nossa solidão

*Brazilian conjuncture in the 21<sup>th</sup> Century: the knot of our loneliness*

BEATRIZ AUGUSTO DE PAIVA <sup>1</sup>

DILCEANE CARRARO <sup>1</sup>

MIRELLA FARIAS ROCHA <sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.



**RESUMO** – O propósito deste artigo é o de propor uma análise que contribua para apreensão dos principais elementos que determinam a conjuntura brasileira atual, desde as principais dinâmicas econômicas que evidenciam o painel da barbárie que acompanha a tentativa de retomada do circuito de valorização do capital até os elementos mais coetâneos, que atam este contexto mais amplo com os particulares acontecimentos e processos que podem distinguir a atual conjuntura brasileira. Ademais, o objetivo adicional deste artigo é o de pensarmos sobre os processos de resistência, tendo como referência temporal o ano de 2019.

**Palavras-chave:** Dependência. América Latina. Imperialismo. Conjuntura. Resistências.

**ABSTRACT** – The purpose of this paper is to propose an analysis that contributes to the apprehension of the main elements that determinates the current Brazilian conjuncture, from the main economic dynamics that evidences the barbarism panel that follows the attempt of restarting the capital appreciation cycle to the most contemporaneous elements, which ties this broader context with particular events and processes that can distinguish the current Brazilian conjuncture. Moreover, the additional objective of this article is to think about the resistance processes, having as a temporal reference the year 2019.

**Keywords:** Dependence. Latin America. Imperialism. Conjuncture. Resistance.

## Introdução

O objetivo deste artigo é propor uma análise que contribua para apreensão dos principais elementos que determinam a conjuntura brasileira atual. Para isso foi preciso, em primeiro lugar, apresentar as principais dinâmicas econômicas que evidenciam o painel da barbárie que acompanha a tentativa de retomada do circuito de valorização do capital. Em seguida, analisamos os elementos mais coetâneos, que atam este contexto mais amplo com os particulares acontecimentos e processos que podem distinguir a atual conjuntura brasileira, em pleno 2019.

O Século é o XXI, mas o plano explicativo recua no tempo, de maneira a encontrarmos o princípio construtivo, que Walter Benjamin (2012) anuncia, em seu belo ensaio “Para um conceito da História”. Ao refutar o historicismo que pretende apresentar uma imagem eterna do passado, Benjamin nos mostra como dialeticamente o passado se conecta com o futuro emancipado. Por isso, reivindicamos estes caminhos benjaminianos como princípio analítico do tempo presente, pois “Em cada época, é preciso tentar arrancar a tradição ao conformismo que quer apoderar-se dela” (BENJAMIN, 2012, p. 243). Ainda nos diz Walter Benjamin:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação como ela relampeja no momento de um perigo. Para o materialismo histórico, trata-se de fixar uma imagem do passado da maneira como ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico, no momento do perigo. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Ele é um e o mesmo para ambos: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. [...] O dom de despertar no passado as centelhas de esperança é *privilégio exclusivo* do historiador convencido de que tão pouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 2012, p. 243-44).

Ao organizarmos estas reflexões motivadas pela pauta político-acadêmica das pesquisas partilhadas<sup>1</sup> e inspiradas pelo conceito de história de Benjamin, estabelecemos uma ideia-força para o propósito adicional deste artigo que é o de pensarmos sobre os processos de resistência, que se revelam como o contraponto mais contundente ao caótico mas poderoso caleidoscópio de regressões políticas e sociais por que passa o Brasil, e em boa medida parte do continente latino-americano. Seguir construindo a formação profissional e docente nos cursos de graduação e de pós-graduação, manter pesquisas em desenvolvimento, aglutinar debates públicos e acadêmicos, sobretudo com militantes e movimentos sociais, alimentar a alegria e o afeto no trabalho e na comunidade para além das vidas privadas, semear momentos de amor e de generosidade, para poder metabolizar tanta indignação e inconformismos. Cada um desses eventos cotidianos são atos valiosos de resistência. Mas, àquela resistência que pode mudar tudo, ainda está por vir. Talvez esteja a caminho.

Por consequência, pautar a resistência nesta conjuntura requer assumir um painel explicativo que articule os referenciais de análise do materialismo histórico<sup>2</sup> com os conteúdos e mediações que decifrem as contradições da realidade brasileira e latino-americana, aos conteúdos e mediações da Teoria Marxista da Dependência.<sup>3</sup> Assim, esperamos contribuir para o esforço comum de buscarmos a qualificação, análise, exposição de cenários, alinhamento e formulação de hipóteses, encontrando as causalidades e correlações aos acontecimentos cotidianos.

Em 1982, Gabriel García Márquez ao receber o Nobel de Literatura, quase 20 anos após a publicação de *Cem anos de solidão*, abordou em seu discurso como a América Latina – esse continente de realidade maravilhosa – seguia sendo um mistério para o mundo. Ao falar sobre a dura realidade do período (golpes de Estado; desaparecidos políticos; exilados; guerras civis; tortura; cifras da mortalidade infantil e ditaduras), o *colombiano nostálgico* disse se atrever a pensar que essa *realidade descomunal* havia merecido a atenção da Academia Sueca de Letras, e não apenas a sua expressão literária.

Poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e malandros, todos nós, criaturas daquela *realidade desaforada*, tivemos que pedir muito pouco à imaginação, porque para nós o maior desafio foi a insuficiência dos recursos convencionais para tornar nossa vida acreditável. Este é, meus amigos, o nó da nossa solidão (MÁRQUEZ, 2012, p. 10-11, grifo nosso).

A condição periférica e dependente do capitalismo na América Latina consiste numa estrutura econômica que impede a superação do subdesenvolvimento – pela força do processo de *dupla articulação dependente* – que nos explicou Florestan Fernandes (2008) – que une em uma só identidade, numa plena fusão, o projeto da burguesia interna com o do capital imperialista internacional. Por meio dele, não há riqueza, patrimônio, direitos, soberania que esteja a salvo dos interesses empresariais dos grandes conglomerados estrangeiros das grandes potências, seja ela estadunidense, sejam dos países europeus.

No citado poético discurso do Nobel, Gabriel Garcia Marquez inicia lembrando o chileno Pablo Neruda, outro único latino-americano que fez jus ao prêmio, em 1971. Ele rememora este período, tão preenchido do “tempo de agora” (BENJAMIN, 2012, p. 249):

Há onze anos, um dos poetas insígnies do nosso tempo, o chileno Pablo Neruda, iluminou este espaço com a sua palavra. Nas boas consciências da Europa, e às vezes também nas más, irromperam desde então com mais ímpeto que nunca as **notícias fantasmagóricas da América Latina, essa pátria imensa de homens alucinados e mulheres históricas, cuja tenacidade sem fim se confunde com a lenda**. Não tivemos, desde então, um só instante de sossego. Um presidente prometeico, entrincheirado em seu palácio em chamas, morreu lutando sozinho contra um exército inteiro, e dois desastres aéreos suspeitos e nunca esclarecidos ceifaram a vida de outro de coração generoso, e de um militar democrata que havia restaurado a dignidade de seu povo. Neste lapso houve cinco guerras e dezessete golpes de Estado, e surgiu um ditador luciferino que em nome de Deus leva adiante o primeiro etnocídio da América Latina em nosso tempo. Enquanto isso, 20 milhões de crianças latino-americanas morreram antes de fazer dois anos, mais do que todas as crianças que nasceram na Europa Ocidental desde 1970. Os desaparecidos pela repressão somam quase 120 mil: é como se hoje ninguém soubesse onde estão os habitantes da cidade de Upsala. Numerosas mulheres presas grávidas deram à luz em cárceres argentinos, mas ainda se ignora o paradeiro de seus filhos, que foram dados em adoção clandestina ou internados em orfanatos pelas autoridades militares. Por não querer que as coisas continuem assim, morreram cerca de duzentas mil mulheres e homens em todo o continente, e mais de cem mil pereceram em três pequenos e voluntários países da América Central – Nicarágua, El Salvador e Guatemala (MÁRQUEZ, 2012, p. 13).

Tal desfecho revelou que o fugaz ciclo autodenominado “neodesenvolvimentista”, especialmente no Brasil dos anos 2000, foi alimentado com a afronta e fragilidade de uma política econômica que não transformou os fundamentos da dependência, e sem que pudéssemos reagir, mereceram desfecho similar aos dos anos 1950/1960: uma longa estratégia de desmoralização e de judicialização, com apoio midiático poderoso, contra as lideranças políticas eleitas, baseadas na mobilização dos setores médios conservadores em nome da luta contra a corrupção e o comunismo, que operaram a ruptura institucional, por meio de um golpe parlamentar rapidamente silenciado, cabe lembrar.

As cifras das vidas perdidas com a violência dos regimes ditatoriais narradas por Garcia Marquez no supracitado discurso, seguem acrescidas de muitas outras, vitimadas por outra face da ditadura, àquela do capital neoliberal, que se camufla nos regimes democráticos. Neste tempo da segunda metade dos anos 1980, o mundo todo se transformou: a crise estrutural do capitalismo – iniciada no ano de 1973 – ganha outra dinâmica. As economias ocidentais do sul do mundo entram em ritmo pós-guerra fria. O mundo bipolarizado, com seu *delicado* equilíbrio, se fora. Restou a unipolaridade do capital e dos senhores da Guerra, vindos dos impérios contemporâneos. O colapso dos regimes socialistas europeus, aliada às transformações na estrutura produtiva, com a introdução da microeletrônica, robótica e depois com a informática, permitiram

que o capital inaugurasse novas políticas econômicas recessivas: desde lá as classes trabalhadoras do mundo perdem direitos, emprego, renda, proteção social.

## 1 Determinações do Capitalismo Dependente

Desde então, as crises se alternam, com regressões e muita resistência, todavia com a aposta real – mas muito contraditória – na democracia formal conquistada. Ao analisar a transição da Nova República (Sarney – 1985/1990), Florestan Fernandes, imenso intelectual eleito como deputado federal, adverte:

As esquerdas revelam um grau indiscutível de maturidade ao aceitarem uma confluência histórica com os estratos mais ou menos liberais e radicais da burguesia. No entanto, transcender essas coincidências de rotas e conceder vantagens estratégicas aos que defendem a *transição democrática* e uma *democracia à brasileira* contra a *revolução democrática* e uma democracia real – com uma face burguesa e outra proletária – é ir longe demais (FERNANDES, 1985, p. 91).

A confluência desta transição *dentro da ordem* com a reconversão neoliberal, produziu a eleição de uma estratégia oposta ao que o Florestan Fernandes defendia. Tanto ele, como Ruy Mauro Marini (1992), criticavam duramente o exclusivismo da opção redistributivista, abertamente funcional ao Estado capitalista.

O processo histórico demonstrou o que a práxis revolucionária criticava: ainda que os direitos sociais sejam funcionais à dinâmica de reprodução social capitalista, assim que possível a burguesia promove sua regressão. A contraditoriedade dos direitos decorre de sua substância, pois são riqueza em disputa produzida pelo trabalho explorado. Assim, se eles não estão acompanhados de transformações na esfera da radicalização democrática no âmbito da luta de classes, sua estrutura normativa está sujeita a colapsos, mediante a ofensiva conservadora dos regimes de ajuste fiscal neoliberal.

Não se trata de menosprezar a esperança depositada nos processos de democratização, particularmente os ventos progressistas que sopraram na conjuntura latino-americana do início do século XXI, marcada pela vitória eleitoral de candidaturas de base programática democrático-popular. Referimo-nos ao cenário dos anos 2000, no qual partes expressivas do continente latino-americano, por meio de resultados eleitorais inéditos, levaram ao poder governos de centro-esquerda.

Foram tempos onde iniciaram a Revolução Bolivariana na Venezuela (1999), a Revolução Democrática na Bolívia (2005), a Revolução Cidadã no Equador (2008), bem como os governos do Partido dos Trabalhadores de Lula da Silva (2003) e Dilma Rousseff no Brasil (2011), o peronismo dos Kirchner na Argentina (2005), a ala socialista da *Concertación* com Michelle Bachelet no Chile (2006), a Frente Amplia com Tabaré Vázquez (2005/2015) e José Mujica (2010) no Uruguai. As revoluções anunciadas marcaram o horizonte tímido diante dos limites da acumulação dependente, restringidas ora por meio do reformismo frágil, expresso no “novo constitucionalismo revolucionário”, ora pela capitulação conservadora, dos governos de coalizão.

Sem qualquer apelo a voluntarismos, o tempo dos **reais** e essenciais enfrentamentos exigem coragem e solidez que só podem ser adquiridos por meio de recíproca confiança e vínculos orgânicos com a população trabalhadora e seus movimentos sociais. Rosa Luxemburgo, ao analisar o processo de autonomia do povo polonês, é primorosa ao articular as tarefas tipicamente burguesas de unificação nacional, com as aspirações revolucionárias do proletariado e campesinato poloneses. Nestes termos, Luxemburgo adverte:

Não obstante, se para nosso proletariado, cuja vanguarda se conscientizou através de uma fria análise do socialismo científico, são estranhas quaisquer tipos de ilusões e idealizações nacionalistas relacionadas com o verdadeiro contexto da autonomia, está igualmente afastado do desencanto anarquista e da indiferença para com as formas do desenvolvimento burguês, pois as considera como tais, ou seja, como as únicas viáveis nesta sociedade, e não como as imaginadas pela fantasia pseudo-revolucionária de fariseus políticos sem escrúpulos. Por ter compreendido que a libertação do domínio classista da burguesia só é possível por meio do mais amplo e livre desenvolvimento

da sociedade, e através de uma luta de classe persistente e cotidiana, que extraia todos os instrumentos e perspectivas de vitória desse mesmo desenvolvimento, a social-democracia de todos os países é o porta-voz mais enérgico em prol de todo tipo de “liberdades” e instituições democráticas burguesas (LUXEMBURGO, 1988, p. 179).

No Brasil, sob o manto da ideologia novo-desenvolvimentista, a tônica do período foi a tentativa de aliar o fortalecimento do capital, por meio da garantia da expansão dos lucros capitalistas, com amplo predomínio do capital financeiro especulativo. Em adição a isso, pequenas e contraditórias conquistas sociais para a população, como garantia de renda mínima com condicionalidades, expansão focalizada da política de assistência social e da educação superior pública, com ampliação do acesso das camadas populares às universidades públicas e especialmente privadas.

Em tempos de coalizões eleitorais espúrias (dada a postura inequivocamente golpista de setores do MDB, como os vinculados ao ex-Deputado Eduardo Cunha – MDB/RJ), as análises de Rosa Luxemburgo (1988), são mais essenciais, pois a revolucionária dedicou sua militância, inteligência e bravura para combater as concessões programáticas, a burocracia partidária e sindical, os autoritarismos das direções revolucionárias. Quando a autora reivindica que a libertação da classe trabalhadora do domínio do capital só se dará através de uma **luta de classes persistente e cotidiana**, que extraia todos os instrumentos e perspectivas de vitória do mais amplo e livre desenvolvimento da sociedade, ainda que nos marcos das reformas burguesas, vemos o vazio de proposições dos governos do PT na construção deste processo de desalienação ideológica e de formação política.

Um exemplo coetâneo dessas medidas no campo da desalienação e poder popular são as *Misiones*, dentro do eixo central do que o governo venezuelano denominava Projeto Revolucionário Bolivariano, que partiam de um direcionamento do excedente petrolífero para iniciativas de política social sob o controle do poder popular. Com o fim de alcançar o processo de liberação do povo venezuelano através do conhecimento, desde 2003, está em curso uma medida efetiva nesta direção conhecida com a *Misión Robinson I e II*, voltadas para a universalização da educação fundamental e fim do analfabetismo, com pedagogias sobretudo cubana e freiriana.

Embora o Estado brasileiro seja, todo ele, servil ao capital internacional, capturado pela agenda do sistema financeiro, há um campo de lutas, disputas e de formulação de projetos contra-hegemônicos da classe trabalhadora organizada que não podem ser negligenciados. Sobretudo, se há interesse e compromisso com a radicalização da democracia como projeto efetivamente a serviço do povo trabalhador.

Afinal, por que votar no partido X ou Y, se nada muda? Essa indagação feita pelas massas não pode ser rechaçada como alienada.

Dotar a democracia de caráter de classe é função dos governos de esquerda, e também dos de centro-esquerda, afinal, foi para isso que se elegeram. Assumir o republicanismo mistificador tende a alimentar os contravalores do reacionarismo latente.

Após 13 anos de governo petista, as medidas de coalizão e as crises desencadeadas provocaram uma contraditória agitação social – reconhecida como as jornadas de junho de 2013 –, onde muitas pautas e bandeiras de luta impactaram uma autocrítica da Presidenta Rousseff. Pena que tardiamente, pois depois de tanta capitulação, a reversão da crise política, desencadeada e capturada pelos movimentos golpistas, se revelou impossível.

Após 13 anos de governo de coalizão, com direção petista, nenhuma mudança substantiva para democratização da terra e da moradia popular nas cidades foi assumida em escala de massas, como era e é cada vez mais necessário. Nem o “*Minha Casa Minha Vida*” teve seu desenho protagonizado ou sequer articulado com os movimentos de luta por moradia. Quem exerceu a direção foram os prefeitos e as empresas da construção civil. A propriedade social jamais ganhou formulação legislativa real e a luta camponesa do Movimento Sem-Terra, cujo apoio aos governos do PT jamais foi atenuado.

De forma oposta, medidas efetivas em prol da reforma agrária sofreram um incompreensível congelamento de seu processo de conquistas, ganhando, ao contrário, uma dinâmica de desgaste junto às suas bases. As prisões para a juventude não foram abolidas.

De novo ao contrário: uma deletéria política de combate às drogas, com mudanças legislativas regressivas, produziu um contingente gigantesco de jovens presos num pseudoendurecimento da lei, que só aumentou o exército do narcotráfico no país. Os jovens das vilas e favelas não foram disputados com o crime organizado, pois a universalização da educação integral não foi sequer pautada, com o argumento de que eram atribuições de estados e municípios, ou seja, uma capitulação. A arte e a cultura desalienante e libertadoras não foram popularizadas.

O mito neodesenvolvimentista brasileiro se contrapôs – equivocadamente – aos compromissos de um incisivo programa político de reais reformas de base, imprescindíveis a todo e qualquer governo democrático, eleito pelas esquerdas, ainda que com arco de apoio mais amplo. As jornadas de junho de 2013, com todas as contradições que expressam, são sintomas sobretudo do esgotamento do modelo neodesenvolvimentista pautado na ampliação das exportações e no estímulo ao consumo de massa.

No âmbito político revelou o esvaziamento da política de coalizão, contradição fundamental dos governos do PT, o que selou o alcance desse programa de conciliação desvitalizado do projeto da classe trabalhadora, que já não sustentava mais o governo de Dilma Rousseff. Este se viu atravessado por disputas e pressões que tinham o grande mote como sempre no petróleo, e na Petrobrás, submetida a uma ação jurídica promovida em consórcio com Wall Street, levando ao seu desmantelo em favor dos acionistas estrangeiros, e praticamente, destruindo setores produtivos e empresas nacionais a ela acoplados.

A cruzada anti-PT, sob o abrigo da velha luta contra a corrupção, *'fagocitou'* o protesto popular pelos setores conservadores, que se aglutinaram de forma expressiva pelas novas redes sociais, mais acessível para as classes médias.

Não obstante, as jornadas no Brasil tiveram consequências para além das manifestações, impactando no plano governamental da proposição do projeto sobre o destino dos recursos do petróleo. A lei então aprovada determinava que esse dinheiro ficaria na poupança do Fundo Soberano, e que 50% da própria "poupança" seria destinada à educação e saúde.

A nova legislação trazia pontos fundamentais, como o que destacava que os recursos da exploração petrolífera que passarão a turbinar as áreas de educação e saúde não poderiam ser contabilizados para compor o mínimo legal de aplicação previsto pela Constituição para esses setores, e também a ressalva que as verbas destinadas à educação deveriam ser aplicadas exclusivamente na educação pública. Além disso, ficou estabelecido que esse dinheiro não poderá ser empregado para pagar dívidas com a União ou salários de profissionais da rede pública de ensino.

O período pré-eleitoral que sucedeu as jornadas e as medidas pactuadas a favor da saúde e educação não foram suficientes para suprimir a tensão que se espalhou, sobretudo, em razão das medidas repressivas, que pretendiam dispersar o movimento. A incapacidade de acionar os vínculos com os movimentos sociais de esquerda, deixaram o governo Dilma Rousseff refém da pressão dos maiores partidos políticos tradicionais integrantes do núcleo central de apoio parlamentar, mas também os da oposição de direita. O saldo para os governos alinhados foi, como registra Valério Arcary (2013), uma esmagadora derrota:

Os governos, todos os governos, ficaram mais fracos do que eram antes de junho. Depois da perplexidade, o governo Dilma Rousseff ensaiou uma resposta mais elaborada e colocou como um desafio público ao Congresso Nacional a convocação de eleições para uma Constituinte exclusiva para realizar uma reforma política. A proposta durou menos de uma semana, bombardeada pela oposição burguesa e pelo PMDB de José Sarney, Michel Temer, Jader Barbalho e Sergio Cabral, e sabotada por uma ala do próprio PT, liderada por Candido Vacarezza, que não agia sozinho (ARCARY, 2013, p. 365).

As consequências mais substanciais e duradouras se deram no âmbito da reorganização das frações da classe burguesa que atuou na rearticulação de seus interesses e de sua representação política, propiciando "maior visibilidade pública de grupos conservadores, o declínio na popularidade de diversos políticos e partidos, sobretudo de Dilma Rousseff e do PT e a articulação dos protestos massivos de 2015" (SARMENTO; REIS; MENDONÇA, 2017, p. 108).

Fato é que, tanto o contraditório e insustentável acordo neodesenvolvimentista quanto os intentos revolucionários de outros países latino-americanos começaram a ruir, assim que os efeitos da crise estrutural do capital, atualizados a partir de 2008, chegaram no continente.

Reafirmando uma tendência já conhecida historicamente, os países subdesenvolvidos reportaram um desempenho econômico muito superior ao dos países desenvolvidos no período inicial da crise do *boom* financeiro-imobiliário norte-americano. No ano de 2010, por exemplo, o Paraguai cresceu 13,9%, a Argentina 9,2%, o Brasil 7,5%, o México 5,5% e o Chile 5,2%, diferentemente da região da zona do Euro, que registrou 1,7% de crescimento e dos EUA que cresceu 2,8% (BANCO MUNDIAL, 2016).

Segundo análise de Gunder Frank (1973) as breves experiências de desenvolvimento nas economias subdesenvolvidas ocorrem na justa medida em que os laços com as economias desenvolvidas ficam débeis, em virtude da situação de crise<sup>4</sup> no centro do sistema. Em sua análise:

Aparte de algunas de menor importancia, sobresalen cinco periodos de grandes crisis que parecen confirmar la hipótesis. Estos son: la depresión europea (especialmente española) del siglo XVII, las guerras napoleónicas, la primera Guerra Mundial, la depresión de los años 30 y la segunda Guerra Mundial. Está claramente establecido y generalmente reconocido que el desarrollo reciente más importante - especialmente de Argentina, Brasil y México, pero también de otros países tales como Chile - ha tenido lugar precisamente durante los periodos de las dos grandes guerras y la depresión intermedia. Gracias al consiguiente debilitamiento de los lazos comerciales y de la inversión durante esos periodos, los satélites iniciaron un crecimiento marcado de industrialización autónoma. La investigación histórica demuestra que lo mismo sucedió en América Latina durante la depresión europea del siglo XVII. Creció la manufactura en los países latino-americanos y muchos de ellos, como Chile, se convirtieron en exportadores de productos manufacturados. Las guerras napoleónicas hicieron brotar movimientos de independencia en América Latina y esto debe quizás interpretarse como una confirmación, en parte, de la hipótesis de desarrollo (GUNDER FRANK, 1973, p. 27).

Assim, em tal período logo depois de 2008, o Brasil experimentou ligeiro período virtuoso. No entanto, com o arrefecimento da expansão do crédito e das medidas que buscaram impulsionar o consumo de massas no período, a partir de 2014, a região experimentou um recesso econômico. Particularmente no Brasil, o ano de 2015 amargou uma retração de 3,8% do PIB, o pior resultado para a economia nacional desde 1990, ficando em 3,6% no ano seguinte (2016), situação que levou o país a registrar a marca de 12,3 milhões de desempregados, maior taxa da série do indicador, conforme indicou a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) (IBGE, 2017).

A dominância do capital rentista ou capital fictício que mostrou pujança nos fins dos anos 1990, ganha intensidade e velocidade no Séc. XXI. Ali condensaram-se transformações quantitativas e, de forma particular, também qualitativa na dinâmica de crescimento de sua magnitude, decorrente do aumento e desenvolvimento do mercado financeiro internacional. O imperialismo e a dependência se aprofundam na mesa espiral.

Ao longo do tempo, cabe ressaltar, ocorreram mudanças também qualitativas do capital fictício, tão velozmente expansiva, que o lançou na posição de dominância na reprodução ampliada do capital, em muito pouco tempo, que tem submetido o capital produtivo à lógica especulativa, cuja dinâmica passa a marcar singularmente as transformações do desenvolvimento capitalista contemporâneo.<sup>5</sup> Na América Latina o rentismo impõe dominância e, como consequência, desemprego crescentes, sabemos.

Esse cenário agudizou as contradições que teriam começado a se desnudar em 2013, como vimos, levando à interrupção do mandato presidencial da presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016, sob salvaguarda do Poder Judiciário, particularmente do Supremo Tribunal Federal (STF), essencial para garantir a cortina de legalidade ao que, em realidade, se tratou de um Golpe Institucional Parlamentar.

No poder, o impacto da estratégia golpista sobre os recursos nacionais estratégicos – a exemplo do petróleo brasileiro – e sobre os direitos sociais – arduamente conquistados e apenas parcial e

contraditoriamente materializados –, repercutiram duramente sobre as condições de reprodução da classe trabalhadora, em sua maioria à margem da proteção social, tal como é no restante da América Latina. Adensou esse cenário, a promulgação da Emenda Constitucional n. 95, que limitou por 20 anos os gastos públicos, destruindo o Marco Regulatório do Fundo Soberano do Petróleo, aprovado em 2013, ao calor dos protestos de massa. O aumento brutal da repressão violenta aos protestos populares, bem como o assassinato da vereadora Marielle Franco e a Intervenção Militar Federal no Estado do Rio de Janeiro seguiram revelando o componente antipopular do Governo Temer.

As práticas de entorpecimento e de controle das classes trabalhadoras não ocorrem, portanto, somente desde o Estado, embora saibamos que as políticas sociais de cunho também conservador operam neste diapasão. Para isso, podemos localizar o controle das famílias como elemento central na formulação e, sobretudo, na execução das políticas sociais, cujo padrão moralizador e de padronização das condutas moldam a classe trabalhadora para não ultrapassarem esse padrão de reprodução das relações sociais que não questiona e que tudo absorve.

Cabe, todavia, lembrar outro elemento fundamental a ponderar dado pela própria impotência estrutural do Estado burguês em assegurar bem-estar e proteção social à população, razão da sua natureza classista, de um Estado do capital, assim como o são dos Estados no capitalismo em geral, cuja atuação se direciona para garantir a dominação burguesa e a reprodução do capital. Para Agustín Cueva “el Estado capitalista en general no posee forma alguna que le sea necesaria: lo único que lo define como tal es la necesidad, ella si estructural, de reproducción en escala ampliada del modo de producción al que está integrado como superestructura” (CUEVA, 1989, p. 38-39).

Ademais, uma atuação decisiva do Estado burguês na sociedade capitalista é a ruptura entre processos econômicos e políticos, conforme análise de Osorio (2014). O Estado regula a compra e venda da força de trabalho, sua utilização e exploração que são distanciados da lógica de coerção econômica, e com isso, a economia é apresentada de forma autônoma dos processos políticos e vice-versa. Nessa perspectiva “o Estado capitalista – sua principal cristalização – aparece assim como estranho à exploração e à reprodução das classes; em sua representação clássica o Estado capitalista democrático as dilui e as atomiza” (OSORIO, 2014, p. 23).

É a forma particular do Estado dependente, entretanto, que aprofunda essa condição, agravado pela sua atuação nas distintas fases do desenvolvimento capitalista, na manutenção e ampliação da condição de dependência, à medida que sempre expressou os interesses das classes dominantes locais inseridas na lógica das relações com os interesses externos.

Totalmente atrelado à dinâmica de expansão dos negócios do grande capital em território nacional, o configura como principal sócio e agente econômico do capital multinacional, o que não nos isenta, porém, da necessária crítica aos governos eleitos de extração de centro-esquerda.

A partir dessa compreensão, pode-se conceber que, inserido numa sociedade com bases econômicas dependentes, a particularidade do Estado está dada pela sua forma social, cuja característica particular compreende as características da sociedade burguesa em sociedades de soberania restringida. Nos termos de Osorio (2014):

Ele é caracterizado pelas relações restritas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberanias [...]. Este exercício desigual da soberania no interior do sistema mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de *subsoberania* (OSORIO, 2014, p. 206).

Para o autor, a condição do Estado no capitalismo dependente imprime relações restritas de soberania, característica estrutural de sua condição, que se agrava ou atenua de acordo com determinados períodos históricos. Essas relações implicam subordinação e/ou associação de capital e das próprias classes dominantes locais ao capital e as classes dominantes do mundo desenvolvido. Ou seja, há uma relação desigual entre as próprias classes dominantes e o capital no cenário internacional, o que caracteriza uma relação de



subsoberania por parte do Estado no capitalismo dependente, que operam na condição de subordinação ou associação com os capitais desenvolvidos e imperialistas.

Ao longo da América Latina alguns governos de centro-esquerda e de esquerda avançaram nos projetos nacionalistas. Mas, o imperialismo não aceita. Todos, de centro, de esquerda ou meramente neodesenvolvimentistas foram, são ou serão combatidos, desde o Departamento de Estado em Washington. Se os golpes não conseguiram seu desfecho ainda, não significa que não foram implementados.

A crise social decorrente do empobrecimento e sofrimento da população, tão extorquida pela voracidade do capital – sob a alcunha das medidas de ajuste fiscal – tem se espreado desde o Haiti, Equador, Chile e Peru, além, da Venezuela e Bolívia, que ademais, sofrem ataque internos das coalizões políticas de direita, de certa forma, como a que o Brasil sofreu com o Golpe Parlamentar de 2016, depois da inconformidade com o resultado das eleições de 2014, roteirizado pelo Aécio Neves, mas com atuação de Juan Guaidó, na Venezuela, em 2018 e na Bolívia com Carlos Mesa, nesse outubro de 2019.

Quando pensávamos que não poderia piorar, Jair Messias Bolsonaro venceu as eleições de 2018. No poder, a tônica de seu governo é marcada por episódios cotidianos da família Bolsonaro, numa versão aguda do patrimonialismo que peculiariza a promiscuidade entre os interesses públicos e privados dos piores momentos das repúblicas latino-americanas. Ademais, após o período de adaptação aos governos civis, parecia que a ameaça de golpes estava superada. Aprendemos com Jorge Zaverucha (2010, p. 71) o quanto era enganosa essa visão. Como diz: “Esta acomodação pode dar a falsa impressão de que os militares estão nos quartéis cumprindo eminentemente suas funções profissionais. Mas é exatamente o contrário. Mostra como os militares são atores políticos relevantes e continuam temidos”.

Para efeito de uma narrativa alegórica do seu governo pode-se iniciar pela composição de seus Ministérios, por meio do qual apresentaremos, rapidamente, a crônica semanal do governo, com base em compilação das notícias<sup>6</sup> da imprensa brasileira, entre a segunda e terceira semanas de outubro de 2019. O governo pode ser reconhecido pelas realizações de seus principais ministros, como o da área do meio-ambiente, que ignora os maiores desastres ambientais, que se avolumam nas matas, rios e mares brasileiros, que se dedica a agenda secreta com empresas de produtos químicos e setor de petróleo. Há ministro que vive performando-se nas redes sociais, enquanto afronta e ameaça com desmontes diversos a rede de Universidades e Institutos Federais, provocando um imenso adoecimento dos estudantes e trabalhadores da educação pelo país. Há duas mulheres apenas no gabinete bolsonarista, mas escolhidas criteriosamente, na (anti)lógica vigente. Há uma ministra que só se pronuncia nos temas dos direitos humanos pelo viés fundamentalista religioso, com analogias descabidas de cunho sexual e outra que desde que assumiu liberou comércio e uso de mais de centenas de agrotóxicos antes proibidos, a envenenar os alimentos, a terra e os mananciais de água doce no país.

Nesta terceira semana de outubro de 2019, o Parlamento Federal foi sacolejado por agressões intestinas entre presidente e seus filhos e deputados do Partido Social Liberal (PSL), ao qual pertencem. Mas, enquanto isso, no Senado, comemoravam a destruição da previdência pública, valioso patrimônio dos trabalhadores brasileiros quase centenária.

Desde janeiro de 2019, a velocidade da destruição é incrível, pelo consórcio entre PSL de Bolsonaro e o Democratas (DEN) dos presidentes da Câmara Rodrigo Maia e do Senado Davi Alcolumbre, com apoio de parte do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Em 10 meses lá se vai a riqueza do petróleo do pré-sal, com as privatizações em curso, além do desmonte das estruturas da governança e dos orçamentos nas Políticas Sociais, nas áreas de Saúde, de Assistência Social, nos Direitos Humanos, nas Questões Indígenas, na Cultura, na Política de Ciência e Tecnologia, nas diferentes frentes da Política de Educação.

As forças armadas brasileiras aderiram ao projeto de ataque à soberania do país, no que seguem sem qualquer reação nacionalista ao saqueio do patrimônio público levado pelo ministro Guedes, o nome forte dos interesses neoliberais. Cabe registrar o componente deletério da unificação das Forças Armadas com o projeto de poder Bolsonarista em vigência, onde estão em cargos estratégicos, cerca de 130 militares, um número extravagante e absolutamente assustador.

Em escala mais próxima, os governadores e forças policiais dos estados do centro-sul e sudeste do Brasil têm atuado junto às periferias das cidades como territórios de execução e supliciação da juventude negra e pobre. O caso do Rio de Janeiro – base política do poder nacional hoje – e da política de extermínio do Governo Witzel é o ápice disto que se tem chamado de necropolítica (MBEMBE, 2011) mas, que a nosso ver é a versão contemporânea da aliança do racismo estrutural com o capital dependente à *brasileira* e com o capital neoliberal, agora.

Em 14 de março de 2018, assassinaram a Vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, na capital do Rio de Janeiro. Uma execução política cuja trama não se desincumbe dos acontecimentos posteriores que aqui são sintetizados. Há fortes suspeitas em torno deste crime cruel, que o embarçam com os rumos da política federal hoje.

Sobre este e os outros crimes em curso, há um Ministro da Justiça cuja trajetória política que o credenciou é a atuação à revelia da Lei para encarcerar o ex-presidente Lula da Silva, num processo eivado de arbitrariedades, como evidenciaram a série de reportagens da “Vaza Jato” divulgadas por vários veículos da imprensa brasileira, neste ano de 2019.

A ideia de que a democracia liberal e a economia de mercado pudessem ser experiências civilizatórias contemporâneas cai em total descrédito, quando verificamos o quanto os neo-talibãs do conservadorismo religioso se valem do fundamentalismo como prática de poder, de controle das massas, por meio da ilusão da segurança e da proteção que estes grupos prometem.

Nos espaços familiares se constata o agravamento da matança e demais violências das mulheres pelo feminicídio, que ganham maior sanção social frente a lógica machista e misógina que ocupa os palácios governamentais, ao lado da ameaça que decorre das novas medidas para liberação de porte de armas.

Assim, chegamos ao final de 2019 com uma democracia mutilada. Aguçam-se o fortalecimento do poder dos narcotraficantes, que impactam consideravelmente países como México e Honduras, e a Colômbia mais gravemente até pouco tempo. Enquanto o ciclo expansivo das *comodities* financiou a economia primário-exportadora brasileira, ela se restringiu aos esquemas eleitorais, sem qualquer mudança substantiva nas práticas burocráticas e controladoras da vida cotidiana, acionadas pelos esquemas de dominação estatal e dos segmentos religiosos conservadores, que se complementam, sabemos.

Há muitos indicadores substantivos, que revelam que a questão do racismo é também decisiva, nestes tempos de regressão civilizatória, dada a ofensiva veloz e sempre violenta dos processos de espoliação e de acumulação do capital, e particularmente no capitalismo dependente brasileiro, que se erigiu desde a escravização tardia, conforme análise de Clovis Moura (2014). Esse processo, segundo o autor, conjugou a entrada do capital imperialista no país, a partir de 1850, e com a permanência da escravização solidificou o ethos racista como fio organizador da formação social brasileira, a hierarquizar vidas, culturas e saberes, de modo funcional e dinâmico à acumulação de capital.

Vejam: embora a política contra os imigrantes tenha sido a proposta mais hostil e contraditoriamente mais popular na eleição do Trump, a fuga de cérebros – como política de imigração oficial dos EUA – é parte decisiva do êxito econômico e tecnológico que contribuiu para a retomada do crescimento nestes primeiros anos do Século XXI.

Entre 2000 e 2015, por exemplo, 41% do crescimento do PIB e 52% das patentes dos EUA resultaram do trabalho de imigrantes. A incidência do trabalho dos imigrantes no PIB nos EUA é enfatizada por vários estudos, conforme afirmam McIntosh; Nunn e Shambaugh (2018). Para eles, conceder cidadania para imigrantes e permitir mais imigrações elevaria o crescimento anual do PIB, enquanto a expulsão dos ilegais reduziria esse crescimento.

Este efeito tardio do novo ciclo de crise global do capitalismo, aberto em 2008, reverteu rapidamente o fugaz protagonismo econômico latino-americano recém conquistado no início dos anos 2000 e agora, cada vez mais, a região é excluída do jogo competitivo das nações, ávidas no tabuleiro mundial da acumulação do capital por mais minérios e petróleo, e por menos democracia. Todo o esforço de descoberta, desenvolvimento tecnológico do pré-sal entraram em rota de colisão com estes interesses. Vale recordar Eduardo Galeano, quando ele expõe as fontes subterrâneas do poder, em seu belo *As Veias Abertas da América Latina*:

O petróleo continua sendo o principal combustível de nosso tempo, e os norte-americanos importam a sétima parte do petróleo que consomem. Para matar vietnamitas, precisam de balas, e as balas precisam de cobre: os Estados Unidos compram além de suas fronteiras uma quinta parte do cobre que gastam. A falta de zinco é cada vez mais preocupante: a metade vem do exterior. Não se fabricam aviões sem alumínio, e não se fabrica o alumínio sem bauxita: os Estados Unidos quase não tem bauxita. [...] não encontram ferro suficiente nas jazidas de Minnesota, que estão em vias de se extinguir, e o manganês não há no território nacional: a economia norte-americana importa um terço do ferro e todo o manganês que necessita. Para produzir motores de retropropulsão, não contam com níquel nem com cromo em seu subsolo. Para fabricar aços especiais, requer-se o tungstênio: importam a quarta parte.

A crescente dependência de provisão estrangeira decreta uma também *crescente identificação entre os interesses capitalistas norte-americanos na América Latina e a segurança nacional dos Estados Unidos* (GALEANO, 2004, p. 147 grifos nossos).

Tanto a dominação e concentração do conhecimento científico e tecnológico, quanto o controle estratégico sobre o petróleo (preços e logística) e das demais riquezas minerais, quanto o domínio sobre a própria terra e territórios (reordenamento territorial), são componentes indispensáveis à economia dos Estados Unidos em tempos de paz, explica Galeano. Mas, também e principalmente nos tempos de guerra, agora em sua forma híbrida e permanente, como mostra Ana Ester Ceceña (2005), quando analisa suas *estratégias de construção de uma hegemonia sem limites*. Neste sentido, a pesquisadora chilena acrescenta ainda o 3º mecanismo de dominação imperialista estadunidense: por meio da criação de normatividades universais, valendo-se da governança mundial da OTAN, ONU, Banco Mundial, FMI e das demais estruturas políticas ditas multilaterais.

Mas se a estabilidade interna da primeira potência mundial é tão intimamente ligada a estes mecanismos de aberta dominação, como prospectar a luta latino-americana como polo contra-hegemônico?

## 2 Resistências em meio à “realidade desaforada”

Nesta nova quadratura, governos neoliberais e reacionários que chegam ao poder – especialmente no Brasil – abalam a esperança de futuro melhor, comprometendo a fraca institucionalidade democrática adquirida nos anos recentes. A intensa concentração de riquezas e o empobrecimento crescentes, de outro lado, afetam a nossa improvável radicalização democrática e social. Ela não existe com a fome e a violência da desigualdade crescentes. Nunca se atacou direitos sociais históricos de forma tão concentrada e violenta. E a guerra de classes declarada contra os trabalhadores exigirá reação. Qual reação será essa, é uma incógnita.

É imperioso que a «*realidade desaforada*» da América Latina retome sua movimentação. A luta pela vida boa e libertária, ao lado da democracia real (Fernandes, 1985) nos cabem, também. Gabriel Garcia Márquez uma vez mais nos provoca:

Por que a originalidade que é admitida sem reservas em nossa literatura nos é negada com todo tipo de desconfiança em nossas tentativas difíceis de mudança social? Por que pensar que a justiça social que os europeus desenvolvidos tratam de impor em seus países não pode ser também um objetivo latino-americano, com métodos distintos e em condições diferentes? [...] E ainda assim, diante da opressão, do saqueio e do abandono, nossa resposta é a vida. Nem os dilúvios, nem as pestes, nem a fome, nem os cataclismos, nem mesmo as guerras eternas através dos séculos e séculos conseguiram reduzir a vantagem tenaz da vida sobre a morte (MÁRQUEZ, 2012, p. 13).

Com o acirramento dos protestos de massas – que se deslocam no continente sem cessar – não podemos descartar o recrudescimento dos regimes ditatoriais, pois sabemos que é característica dos Estados latino-americanos, especialmente o brasileiro, a simbiose das forças armadas ao Pentágono. Evidentemente, com exceção de Cuba e Venezuela.

Precisamos considerar se há movimento civil de massa a favor dos governos de direita hoje na América Latina. Ao nosso ver não, pois que indicam serem constituídos artificialmente pela mídia e rede sociais. Eles existem, certamente, mas talvez não a ponto de aglutinar amplos setores das classes trabalhadoras, para além das elites e classes médias.

Mas, essa possibilidade de recrudescimento ditatorial não pode imobilizar ainda mais os setores progressistas brasileiros e dos demais países latino-americanos, impelidos na busca por unidade da esquerda e dos movimentos populares. A juventude crítica, o movimento estudantil, Movimento Sem-Terra, de luta por moradia, sindicatos, movimento de mulheres, moradores de favelas, população de rua, LGBTQ+, movimento de luta antirracista, os indígenas, as populações vitimadas pelos empreendimentos predatórios, como a Vale do Rio Doce e Belo Monte, e todas as mineradoras... os partidos de esquerda, enfim. A classe trabalhadora, mesmo reaglutinada em pautas espontâneas, vai reagir.

Porém, os aprendizados não podem ser esquecidos. É essencial a elaboração de um programa político que unifique uma frente política de esquerda com força e credibilidade para organizar a luta política, capaz de orientar os passos seguintes da história de resistência que se impõe. As ruas chilenas, uruguaias, argentinas, equatorianas mostram que limites foram ultrapassados. Vale relemburar Walter Benjamin, para quem a história é redenção, é luta:

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Apesar disso, estas últimas não podem ser representadas na luta de classes como despojos atribuídos ao vencedor. Elas vivem nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e atuam retroativamente até os tempos mais remotos (BENJAMIN, 2012, p. 243).

Por isso, observamos que as expectativas declinantes na região sobre as promessas de democracia, de emprego, de direitos, combinadas a gerações que sucederam o passado autoritário da América Latina, podem patrocinar hoje a rebeldia e as resistências contra-hegemônicas frente a este *status quo*, neste tempo tomado por angústias sem esperanças. Em números, podemos ratificar que o capitalismo dependente fracassou em sua versão neoliberal. Após 1980, a economia latino-americana declinou de quase 12% para cerca de 7% do PIB mundial, conforme análise de José Eustáquio Diniz Alves (2019).

Diminuímos, empobrecemos, estamos morrendo sobre toneladas de lama, óleo, agrotóxico e na mira das balas ditas perdidas que encontram seu destino em corpos negros nas favelas. Mas, como diz o povo chileno nas ruas: “Nos tiraram tanto que nos tiraram o medo”. Essa força de rebeldia e de contestação pode demorar a chegar aqui no Brasil, mas também aqui não há que se resignar mais à solidão e ao medo.

## Considerações finais

Diante dos acontecimentos que perpassam a conjuntura política e seus efeitos na vida da população, junto a qual trabalha o serviço social, há muitos elementos que requerem ponderação histórica. Felizmente a dialética resgata o sentimento ilusório que nada pode ser feito, pois é com ela que se exige romper a impotência dos esquemas naturalizadores próprios do irracionalismo reinante. E ao mesmo tempo, a história – aquela que não só explica o passado, mas a que dá sentido ao presente e que revela as tendências de futuro – enuncia alguma lógica e racionalidade para os acontecimentos, o que não é pouca coisa.

Sem a práxis dialética, que unifica a história ao seu movimento transformador, resta a condição de vítima, o lugar passivo do espectador, em geral contido no estado imobilizador do sofrimento psíquico-emocional. A força do medo e da insegurança – introjetada como a ideologia da pós-modernidade – foi progressivamente ocupando as subjetividades. Ao lado da desmobilização e resignação, a este contingente de desorganizados ou imersos no individualismo mais egoísta, se somaram os violentos. O cenário mundial e local é o da reatualização da violência racial, sexista, homofóbica, fundamentalista, metabolizada com as mais duras medidas regressivas da gestão econômica, que não pode ocultar as razões e os sujeitos que operam tais políticas.

Ocorre que o vilipêndio, a destruição, o desatino são mais velozes e potentes do que a capacidade de explicá-los plenamente, e sobretudo, de antecipá-lo estrategicamente, a ponto de as forças políticas populares e democráticas derrotá-lo, em definitivo.

Parte da inteligência no país segue refugiada em esquemas mentais entorpecedores, sem reconhecer que o quadro de hoje é tão semelhante quanto o das piores décadas passadas para o povo latino-americano. Na segunda metade do século XX, como procuramos demonstrar, lá também houve o largo ciclo regressivo de democracias solapadas, pelos mesmos consórcios imperialistas que hoje desestabilizam Brasil, Venezuela, Equador, Chile, Haiti, Peru. Há um componente estrutural que deve ser ponderado, portanto.

A condição histórica e ontológica do Serviço Social como classe trabalhadora constitui a profissão no centro da tormenta. Acompanhar e explicar tal quadro político destrutivo, ou ao menos tentar, é rotina. Mas, sobretudo, a tormenta dos ataques crescentes é constitutiva das cotidianidades deste trabalhador que sofre com a população as perdas: ela é a dupla-materialidade da condição do assistente social como trabalhadores das políticas sociais e como sujeitos políticos integrantes da classe trabalhadora.

O moinho de destruição dos direitos sociais tornou-se a morada do Serviço Social. Todavia, no exercício profissional o assistente social é instado a traduzir tais medidas em estratégias de resistência à barbárie, minimizando – dada a impotência dos limites institucionais – os impactos deletérios das restrições no acesso às políticas públicas decorrentes dos direitos sociais. Simultânea à condição profissional, porém, está uma mulher ou homem também integrante da classe trabalhadora, que tem seus meios de vida e de trabalho em crescente desconstrução e ataque.

Um processo de tomada de consciência/politização como classe trabalhadora exige dos assistentes sociais mais do que a condição de mediadores institucionais, requerendo a vinculação político-profissional – inspirada pelos compromissos éticos – na luta geral por democracia plena, trabalho, terra, liberdade e dignidade para todos.

## Referências

- ALVES, José Eustáquio. América Latina submergente. **Ecodebate**. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2019/07/31/a-america-latina-submergente-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 25 out. 2019.
- ARCARY, Valério. As Jornadas de Junho de 2013: balanço e perspectivas. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, jul./dez., p. 358-375, 2013.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BANCO MUNDIAL, B. M. **World Bank Open Data**. [S. l.]: World Bank, 2016.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.
- CECEÑA, Ana Ester (org.). **Hegemonias e Emancipações no século XXI**. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO, 2005.
- CECEÑA, Ana Ester. **Os desafios das emancipações em contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular: CLACSO, 2008.
- CUEVA, Agustín. **América Latina en la frontera de los años 90**. Quito: Editorial Planeta del Ecuador, 1989.
- DOS SANTOS, Theotonio. **Socialismo ou fascismo**. Florianópolis: Insular, 2018.
- ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e desenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- GORENDER, Jacob. **Escravidão Colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- GUNDER FRANK, A. **América Latina: subdesarrollo o revolución**. México: Ediciones Era, 1973.
- IBGE, I. B. D. G. E. E. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Contínua**. Brasília, DF: IBGE, 2017.
- LEÓN- PORTILLA, Miguel. **A conquista da América vista pelos índios**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Questão Nacional e a Autonomia**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.
- JAMES, C. L. R **Os Jacobinos Negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos**. Tradução: Afonso Teixeira Filho. 1. ed. revisada. São Paulo: Boitempo, 2010. <https://doi.org/10.5380/rv.v1i6/7.18494>
- MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).
- MÁRQUEZ, G. Gabriel. A solidão da América Latina. In: MÁRQUEZ, G. Gabriel. **Eu não vim fazer um discurso**. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular: CLACSO, 2010.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. O. (ed.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MCINTOSH, Kriston; NUNN, Ryan; SHAMBAUGH, Jay. 8 gráficos que mostram quem são os imigrantes que se mudaram para os EUA. **BBC News Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46385212>. Acesso em: 20 out. 2019.
- MÉSZÁROS, István. **The structural crisis of capital**. New York: Monthly Review Press, 2010.
- MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.
- OSORIO, Jaime. Padrão de Reprodução do Capital: Uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J., *et al.* (ed.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- MOURA, Clovis. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- MOURA, Clovis. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución: refundación societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo**. México, DF: Editorial Itaca: UAM Xomichilco, 2009.
- MOURA, Clovis. **Teoría marxista de la dependencia**. Historia, fundamentos, debates y contribuciones. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana e Editorial Itaca, 2016.
- MOURA, Clovis. **Sistema mundial, intercâmbio desigual y renta de la tierra**. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana e Editorial Itaca, 2017.
- RIBEIRO, Darcy. **O Dilema Latino-americano**. Petrópolis: Vozes, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARMENTO, Rayza; REIS, Stephanie; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online], n. 22, p. 93-128, 2017. <https://doi.org/10.1590/0103-335220172203>

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZAVARUCHA, Jorge. Relações civis-militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da Ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Estado de Sítio).

## Notas

<sup>1</sup> A nossa contribuição na mesa: Conjuntura Atual: Desafios e estratégias de resistências, no IV Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família – PUCRS, em Porto Alegre, nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2019, motivou este artigo, agora em parceria.

<sup>2</sup> Friedrich Engels ao prefaciar a 3ª edição de **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**, de Karl Marx (2011), afirma: “Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre as classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo da sua produção e pelo modo de seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção.” (ENGELS, in MARX, 2011, p. 22).

<sup>3</sup> Como Ruy Mauro expõe sinteticamente em seu ensaio “Memória”, há um raciocínio metodológico em seus estudos, tidos como fundamentos da Teoria Marxista da Dependência, que exigem a interpretação da dinâmica capitalista com base nas categorias marxianas, interpelando historicamente a luta de classes desde a realidade dos países/continente. Assim explica: [...] fiel ao meu princípio de que o subdesenvolvimento é a outra cara do desenvolvimento, eu analisava em que condições a América Latina havia se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana. A economia exportadora, que surge em meados do século XIX nos países pioneiros (Chile e Brasil), generalizando-se depois, aparecia, nessa perspectiva, como processo e o resultado de uma transição ao capitalismo e como a forma que assume esse capitalismo, no marco de uma determinada divisão internacional do trabalho. Aceito isso, as transferências de valor, que daí advinham não podiam ser vistas como uma anomalia ou um estorvo, mas antes como consequência da legalidade própria do mercado mundial e como acicate ao desenvolvimento da produção capitalista latino-americana, sobre a base de duas premissas: a abundância de recursos naturais e superexploração do trabalho (que pressupunha a abundância de mão de obra) (MARINI, 2005, p. 90-91).

<sup>4</sup> Mandel (1985) infere que desde a formação do mercado mundial capitalista, em 1825, até os anos 70 do século XX, registraram-se 20 crises, sendo 19 delas crises cíclicas parciais (atingindo um ou alguns países simultaneamente) e a de 1974/75, uma crise sistêmica, uma crise sincronizada à escala mundial. As 19 crises cíclicas referidas por Mandel são as dos anos de 1825, 1836, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882, 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, 1937, 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970. A crise sincronizada à escala mundial, ou seja, aquela que atingiu todo o sistema capitalista, é a que tem início nos anos em 1974/75 e que perdura até hoje, a qual, para Mészáros (2010), deve ser considerada como uma crise estrutural do capital.

<sup>5</sup> Sobre o debate categorial do capital fictício, cf. CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo, 1999.

<sup>6</sup> É constitutivo do projeto estratégico do IELA/UFSC o monitoramento das lutas sociais na América Latina, partilhando com o leitor brasileiro as pautas e acontecimentos políticos, econômicos e sociais. As informações contextuais integram este nosso site: <http://www.iela.ufsc.br>. Com relação às informações que compõe a narrativa alegórica do governo Bolsonaro foram consultados os sites da mídia comercial, cf.: <https://www.estadao.com.br>; <https://www.uol.com.br>; <https://g1.globo.com>.

Já na mídia vinculada ao campo progressista, cf.: <https://www.brasildefato.com.br>; <https://theintercept.com/brasil>; <https://www.diariodocentrodomundo.com.br>; <https://www.brasil247.com>; <http://midianinja.org>; <http://duploexpresso.com>; <https://jornalggn.com.br>;

Recebido em: 03/11/2019.

Aprovado em: 08/11/2019.

Publicado em: 10/02/2020.

### Correspondência para:

Beatriz Augusto de Paiva  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Trindade  
88040-900, Florianópolis, SC, Brasil

### Autoras:

BEATRIZ AUGUSTO DE PAIVA  
Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
É pesquisadora do Instituto de Estudos Latino-Americanos e coordenadora do PPGSS/UFSC – período 2016-2020.  
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1325-8276>  
E-mail: [beapaiva@gmail.com](mailto:beapaiva@gmail.com)

**DILCEANE CARRARO**

É professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC). Atualmente é coordenadora de graduação em Serviço Social da UFSC.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7469-6560>

E-mail: [dilceanec@gmail.com](mailto:dilceanec@gmail.com)

**MIRELLA FARIAS ROCHA**

É professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5767-8715>

E-mail: [mirellafr@gmail.com](mailto:mirellafr@gmail.com)